

# Categorização e Interdependência<sup>1</sup>

## Duas perspectivas sobre formação de grupos e relações intergrupais

Isabel Falcão Correia<sup>2</sup>

Universidade Aberta

Resumo. – Neste artigo revemos o debate que tem sido travado entre as perspectivas da interdependência e da identificação social sobre a formação de grupos e o comportamento intergrupar. O cerne deste debate consiste no papel atribuído por cada uma das perspectivas à interdependência e à categorização. Mostramos como a perspectiva da identificação social pretendeu ter excluído a interdependência da formação do grupo e dos processos de discriminação entre grupos, a favor da categorização, e como dados recentes obtidos pelos autores da perspectiva da interdependência vieram questionar a legitimidade dessas conclusões.

*As relações intergrupais* têm merecido grande atenção dos psicólogos sociais pelo seu interesse teórico e pelas suas implicações sociais e organizacionais. A investigação tem tentado compreender as condições de *formação de grupos* e da *emergência de comportamento intergrupar*, bem como os fenómenos que determinam a emergência de *conflitos* e comportamentos de *discriminação*.

A partir do final do século passado, os psicólogos sociais preocuparam-se especialmente com a definição de grupo e os processos grupais. No entanto, com os trabalhos de Sherif nos fins da década de 40, e os estudos sobre os efeitos da categorização na percepção, assistiu-se a um deslocamento do estudo dos grupos para o estudo dos processos intergrupais. A partir desta época, as condições para a *formação do grupo* passaram a ser estudadas a partir das condições de *emergência do comportamento intergrupar*, e o estudo dos fenómenos ligados aos grupos passou a ser alvo de menos investigação. Esta situação levou a que Steiner, em 1974, questionasse «Whatever happened to the group in social psychology?».

<sup>1</sup> Artigo baseado na dissertação de Mestrado apresentada em 1995 no ISCTE intitulada «Relações entre grupos e influência social: o impacto da categorização e da interdependência».

<sup>2</sup> Secção Autónoma de Psicologia Social e das Organizações, ISCTE.

Como noutros campos da Psicologia Social, têm sido várias as abordagens do comportamento grupal e intergrupal e, conseqüentemente, os aspectos específicos investigados têm estado muitas vezes integrados em linhas de investigação relativamente independentes e pouco interligadas entre si.

Neste artigo identificamos as duas seguintes perspectivas no estudo do conceito de grupo e das relações entre grupos, que resumizamos da seguinte forma: a *perspectiva da interdependência* que considera a *interdependência* para a definição do grupo e para as relações entre os grupos; e a *perspectiva da identificação social* que subestima a importância da interdependência e atribui a formação de grupos ao processo de *categorização*. A primeira é representada na literatura mais actual pelos trabalhos de Rabbie e colaboradores e a segunda pelos trabalhos de Tajfel e Turner.

Segundo a *perspectiva da interdependência*, que associamos aqui a Rabbie e colaboradores (Horwitz e Rabbie, 1982), só existe um grupo quando os indivíduos se percebem como interdependentes uns dos outros, e o comportamento intergrupal está relacionado com a interdependência dos indivíduos em relação a cada um dos grupos. Assim, é o *conflito de interesses* que opõe os grupos que é responsável pela discriminação intergrupal, os conflitos entre grupos são pois conflitos de interesses. Esta perspectiva baseia-se numa primeira tradição da psicologia social cognitiva (Lewin, 1948; Asch, 1952, Sherif, 1961).

A *perspectiva da identificação social*, designação proposta por Turner (1982), engloba a teoria da identidade social («Social Identity Theory» – SIT)<sup>3</sup> de Tajfel e Turner (1979/1986) e a teoria da auto-categorização («Social Categorization Theory» – SCT)<sup>4</sup> de Turner (Turner *et al.*, 1987). Segundo esta perspectiva, e especialmente na SCT, o grupo é definido principalmente em termos cognitivos. O comportamento intergrupal é explicado com base na categorização, sem se considerar a interdependência dos grupos ou das categorias em causa. Segundo Tajfel e Turner (1979), uma vez estabelecida uma categorização, *não é necessário* um conflito «real» para que a discriminação tenha lugar. De acordo com esta perspectiva, a discriminação intergrupal é um processo que visa uma *distinção positiva* para o grupo de pertença, mesmo que não estejam em causa quaisquer interesses materiais.

Neste artigo, pretendemos apresentar e confrontar estas duas perspectivas, mostrando como dados recentes obtidos pelos autores da interdependência mostram que a interdependência entre os grupos tem um papel fulcral nas relações entre estes e, ao contrário do que tem feito a perspectiva da identificação social, esta variável não pode ser ignorada num modelo sobre as relações intergrupais.

<sup>3</sup> Para facilitar a identificação referir-nos-emos à teoria da identidade social considerando as suas iniciais na língua inglesa (SIT) dada a ampla utilização desta sigla na literatura.

<sup>4</sup> Pelas razões que apresentámos na nota anterior, referir-nos-emos à teoria da auto-categorização usando a sigla SCT.

### 1. *As abordagens iniciais sobre os grupos.*

Antes de apresentar as perspectivas da interdependência e da identificação social, justifica-se uma breve referência ao contributo das abordagens que as precederam, por terem constituído quadros de referência que as teorias posteriores sucessivamente tentaram integrar ou rejeitar.

Para tal recorreremos à divisão das várias abordagens teóricas no estudo dos grupos estabelecida por Turner (Turner *et al.*, 1987):

- a abordagem pré-experimentalista representada por autores como Le Bon, McDougall e Freud;
- a abordagem individualista representada por Floyd Allport;
- a abordagem dos psicólogos sociais e cognitivos como Lewin, Asch e Sherif.

Embora a abordagem dos pré-experimentalistas e a abordagem individualista de Allport não sejam fundamentais para o debate mais actual, justifica-se uma referência à contribuição das mesmas pela influência que tiveram nas concepções dos autores que se lhes seguiram.

Os *pré-experimentalistas* publicaram as suas obras principais entre o final do século passado e o início dos anos 20 (Le Bon, 1895; McDougall, 1921; Freud, 1921). Nelas defendiam a existência de uma psicologia de grupo qualitativamente diferente da psicologia individual e consideravam que os processos sociais não podem ser deduzidos a partir dos processos individuais. Assim, de uma maneira global, esta tese tem sido apelidada de «*mentalidade colectiva*».

Le Bon, na sua obra de 1895 intitulada «*Psychologie des Foules*», afirmava que as multidões psicológicas se definem pela unidade mental e não pela proximidade física. Segundo este autor, as multidões psicológicas levam ao desenvolvimento de uma mente colectiva, ou de grupo, dominada pelas emoções e instintos e da qual estaria excluída a consciência individual baseada na razão. Esta ausência da razão na mente colectiva das multidões e, em sua substituição, o domínio das mesmas pelas emoções e instintos era considerado como justificação para a inferioridade intelectual das multidões defendida por este autor.

Também para McDougall (1921) o grupo era dotado de uma vida mental colectiva – a «*group mind*»– diferente da soma da vida mental dos seus elementos. Esta vida mental colectiva atingiria diferentes graus de desenvolvimento consoante o grau de organização do grupo. Nas multidões não organizadas, designadas pelo autor como grupos psicológicos mínimos, não existiria uma mente desenvolvida, mas apenas uma vida mental colectiva mínima. Nestes casos presenciáramos acções marcadas pela exaltação de emoções e difusão de responsabilidade,



uma vez que as faculdades intelectuais estariam diminuídas. Num grupo organizado, desenvolver-se-ia uma mente colectiva que superaria os excessos das multidões primitivas e permitiria o desenvolvimento das faculdades do indivíduo.

Para Freud (1921), o comportamento diferente das pessoas nos grupos é explicado pela emergência de impulsos instintivos responsáveis pelo aumento das emoções e por uma menor utilização das faculdades intelectuais. O grupo seria então comandado pelo «id» e por pulsões reprimidas.

Tal como os pré-experimentalistas, F.H. Allport (1924) partiu da necessidade de formular conceptualmente a relação entre o indivíduo e o grupo. No entanto, contrariamente às teses dos primeiros, que consideravam a psicologia de grupo qualitativamente diferente da psicologia individual, para Allport todos os fenómenos da vida do grupo decorrem dos princípios da psicologia individual. Adepto das concepções comportamentalistas, aquele autor considerava que a psicologia dos grupos não seria mais do que a psicologia dos indivíduos aplicada a condições do meio social em que os estímulos são mais complexos. Assim sendo, a psicologia dos grupos seria reduzida à psicologia individual.

Em suma, até aos anos 30 a relação entre o indivíduo e o grupo foi abordada segundo duas concepções contraditórias: a dos pré-experimentalistas, que submetia o indivíduo à acção de forças grupais (*tese da mentalidade colectiva*); a *tese individualista* de F.H.Allport, que não considerava o carácter organizado das forças do grupo.

A partir dos anos 30, alguns autores, influenciados pela escola da Gestalt, tentaram ultrapassar esta dicotomia indivíduo-grupo no estudo dos processos grupais. Lewin, Asch e Sherif tentaram compreender os processos grupais sem negar a realidade do indivíduo ou do grupo. Ou seja, respectivamente, sem negar o papel dos processos individuais no funcionamento dos processos grupais e sem reduzir o grupo ao nível do indivíduo.

Segundo estes autores, os grupos formam um *todo dinâmico* que é diferente da soma das partes, porque o carácter das partes foi transformado pela interacção entre os indivíduos. A interacção dos indivíduos produz então uma influência mútua entre estes, de modo que as propriedades de cada um passam a ser determinadas pelo conjunto do sistema. Neste sentido as partes tornam-se *interdependentes*.

Passamos agora a uma abordagem mais pormenorizada de cada uma destas três abordagens.

Foi Lewin quem primeiro notou a importância da interdependência na formação e funcionamento dos grupos, segundo Brown (1988). Lewin, na sua obra de 1936, «Principles of topological psychology», desenvolveu uma teoria para explicar o comportamento denominada Teoria de Campo. Segundo esta teoria, o comportamento do indivíduo seria resultado da acção de estruturas e forças no seu espaço de vida. Aplicada à investigação do comportamento dos grupos,



a questão da existência dos grupos psicológicos em sentido objectivo tornava-se irrelevante, pois esses grupos sendo psicologicamente reais como entidades no espaço de vida são capazes de influenciar o comportamento.

A partir da teoria de campo, Lewin (1936) distinguiu entre duas formas de interdependência: uma mais fraca, a *interdependência de destino* (em que o destino de cada pessoa depende do destino do grupo como um todo); e outra mais importante para os processos grupais, a *interdependência de tarefa ou funcional* (em que as realizações de cada membro têm implicações para as realizações dos parceiros do grupo: o sucesso de uma pessoa pode facilitar o sucesso ou o fracasso de outra).

As contribuições de Lewin para o estudo dos grupos foram da máxima importância para o desenvolvimento deste domínio de investigação. Nos seus trabalhos introduziu duas questões relacionadas, ainda hoje objecto de polémica: a distinção entre *categorias sociais* e *grupos sociais*; e a importância da interdependência para a formação do grupo.

A distinção entre categorias sociais e grupos sociais nasceu da observação do impacto psicológico da perseguição aos judeus pelo regime nazi nos judeus das outras partes do mundo. Para Lewin (1948) não seria a classificação de pessoas sob a mesma designação (uma categorização) que as transformaria num grupo. Por isso afirma

«a semelhança entre as pessoas permite apenas a classificação das mesmas, a sua inclusão sob o mesmo conceito abstracto, enquanto que pertencer ao mesmo grupo social significa relações dinâmicas concretas entre as pessoas.» (Lewin, 1948, p.184).

Assim, de acordo com este autor, nas categorias existe uma classificação de pessoas sob o mesmo conceito abstracto por terem uma característica comum (uma semelhança entre si); nos grupos existe uma relação dinâmica entre as pessoas. Podemos então concluir que os judeus em geral constituiriam uma *categoria*, enquanto que os judeus sujeitos ao regime nazi constituiriam um *grupo*, na medida em que são classificados pela maioria como um grupo distinto e, dessa classificação, derivam consequências comuns para os membros desse grupo (interdependência de destino). Lewin (1948) considera então que

«A essência de um grupo não reside na semelhança ou dissemelhança dos seus membros, mas na interdependência dos mesmos. Um grupo pode caracterizar-se como um 'todo dinâmico' o que significa que uma mudança em qualquer subparte muda o estado de todas as outras subpartes.» (p.54).

Consequentemente,

«A essência de um grupo não é a semelhança ou dissemelhança entre os seus membros, mas a sua interdependência.» (p.165).

Segundo Lewin (1948) o grau de interdependência dos membros de um grupo seria bastante variável dependendo da dimensão, organização e intimidade do grupo, entre outros factores.

Também Asch (1952) tentou ultrapassar as lacunas das teses da mentalidade colectiva e individualista. Defendeu que a interacção psicológica produzia um *campo psicológico mútuo* compartilhado por todos os membros do grupo. Este consistiria numa representação das acções dos outros e das suas relações, representações estas que são estruturalmente semelhantes para todos os membros do grupo e levam ao desenvolvimento de acções de grupo. O campo psicológico mútuo não estaria nos indivíduos considerados separadamente, embora cada indivíduo contribuisse para a sua existência; também não estaria fora dos indivíduos; estaria presente nas relações entre as actividades dos indivíduos. Assim, os indivíduos num grupo passariam a referenciar-se uns aos outros. Esta interdependência levaria a que os indivíduos num grupo deixassem de ser apenas indivíduos. De acordo com esta perspectiva, a formação do grupo corresponderia à emergência de um campo psicológico mútuo, sendo este uma condição necessária para a formação do grupo.

Neste contexto, Asch (1952/1987) afirma que

«O processo que dá origem aos grupos no nível humano implica um tipo de relação parte-todo que é a única que depende da repetição do todo na parte.» (1987, p.257).

Com isto queria dizer que o grupo (todo) só existe se os indivíduos (partes) partilharem um campo psicológico mútuo, ou seja, se forem interdependentes, o que torna possível que se percepcionem e ajam enquanto membros de um grupo.

O grande mérito da contribuição de Sherif para este domínio foi ter realizado as primeiras investigações sistemáticas sobre *cooperação e competição* intergrupais (Sherif *et al*, 1961/1988). Nestas investigações, este autor e seus colaboradores, combinaram o método de observação participante com condições experimentalmente induzidas. Sendo adeptos das concepções gestaltistas, consideravam que os fenómenos de grupo não podem ser estudados a partir das características dos indivíduos.

Embora Sherif tenha inaugurado o estudo das relações intergrupais, não ignorou a questão da concepção de grupo, afirmando que esta última é essencial para o estudo das primeiras. É assim que Sherif define grupo como



«uma unidade social que consiste num número de indivíduos que, num determinado tempo, têm relações de papéis uns com os outros e um estatuto interdependente mais ou menos definido e que possuem, explicitamente ou implicitamente, um conjunto próprio de normas ou valores que regulam o comportamento dos membros individuais, pelo menos no que diz respeito às consequências para o grupo.» (1967, p.425-426).

As relações intergrupais referem-se às situações em que

«indivíduos pertencentes a um grupo interagem colectivamente ou individualmente com outro grupo ou os seus membros em termos das suas identificações de grupo.» (1967, p.426).

Entre os anos de 1949 e 1954, Sherif e seus colaboradores realizaram, nos EUA, estudos de campo em acampamentos de férias para rapazes (Sherif, 1967). Os resultados mostraram que a *interdependência de tarefa* (*positiva* – quando os bons resultados para uns só podem ser obtidos com a colaboração de outros; ou *negativa* – quando os bons resultados de uns implicam maus resultados para outros), entre indivíduos ou grupos para alcançarem os seus objectivos, provoca, respectivamente, uma interacção social cooperativa ou competitiva, que leva, respectivamente, a atitudes sociais de coesão ou de antagonismo. A partir destes resultados, Sherif elaborou uma *teoria funcional do comportamento intergrupar*, que considera que as relações sociais entre indivíduos e entre grupos são primariamente determinadas pelas suas relações funcionais ou de objectivos (Sherif, 1967). Assim, com estes estudos ficou estabelecido que a interdependência positiva entre indivíduos é condição suficiente para a criação de um grupo, que a interdependência positiva entre grupos é condição suficiente para a cooperação intergrupar, e que competição grupal objectiva era condição suficiente para a criação de discriminação intergrupar.

De acordo com Sherif e Sherif (1979), o estudo das relações entre grupos e entre membros de grupos diferentes teria de tomar em consideração

«as propriedades dos grupos e as consequências dessa pertença para os indivíduos» (p.8).

No entanto, estes foram negligenciados pelo modelo da identificação social. Passamos em seguida a apresentar os estudos que deram origem a essa perspectiva.

## 2. *A procura das condições mínimas para a formação de um grupo.*

O estudo das condições mínimas para a formação de um grupo, quer no quadro do modelo da interdependência, quer no quadro do modelo da identificação social, tiveram como origem os estudos sobre a *percepção social* e a *categorização*.

### *Os estudos sobre a percepção social e a categorização*

Mais ou menos na mesma época em que Sherif inaugurava o estudo das relações intergrupais, desenvolveu-se uma linha de estudos sobre a percepção social e os efeitos da categorização na percepção.

Os estudos sobre a percepção social mostraram que as variáveis «motivacionais» e de «valor» afectavam os juízos perceptivos (Bruner e Goodman, 1947):

– de uma maneira geral, quando o estímulo apresentado aos sujeitos possui um valor, as suas grandezas (tamanho, peso, número, brilho) tendem a ser sobrestimadas quando comparadas com estímulos neutros ou sem valor (*efeito inter-serial*) (Tajfel, 1972);

– por outro lado, as diferenças entre os estímulos da mesma série são sobrestimadas para as características físicas que têm um laço sistemático com o seu valor, em comparação com as diferenças entre os estímulos de uma série neutra onde não existe associação entre valor e grandeza (*efeito intra-serial*) (Tajfel, 1957, em Tajfel 1982a).

Os estudos sobre os efeitos da categorização na percepção, mostraram que quando o critério para a categorização divide uma série de estímulos que variam progressivamente numa dada dimensão, ocorre:

– na percepção de *estímulos físicos*, uma acentuação das diferenças intercategoriais e uma tendência para uma acentuação das semelhanças intracategoriais (Tajfel e Wilkes, 1963);

– na percepção de *estímulos sociais*, uma acentuação das semelhanças na percepção de membros da mesma categoria social (Tajfel, Sheikh e Gardner, 1964; Taylor *et al.*, 1978).

Estes estudos contribuíram para suscitar o interesse pelos efeitos da categorização na discriminação intergrupar e, conseqüentemente, pelo estudo das condições mínimas para a formação de grupos a partir da emergência de comportamento intergrupar em grupos recentemente formados.

A procura das condições mínimas para a formação de um grupo no quadro da perspectiva da interdependência

Com base nos resultados dos seus estudos, Sherif (1967) considerava que a atitude mais favorável dos membros de um grupo em relação ao seu próprio grupo (discriminação intergrupar) só ocorria entre grupos com algum tempo



de interação em que tivessem sido estabelecidas relações de interdependência intergrupala negativa para atingir determinados objetivos.

Os trabalhos de Rabbie (1966, citado em Rabbie e Horwitz, 1969) trouxeram novos dados relativamente à questão ao grau de desenvolvimento dos grupos necessário para que a discriminação intergrupala ocorresse. Este autor obteve resultados que mostraram que: uma situação de competição leva a hostilidade intergrupala mesmo em grupos recentemente formados (não é necessário os grupos já estarem bem desenvolvidos); e que nos grupos bem desenvolvidos não são necessárias instruções competitivas explícitas para o desenvolvimento de rivalidade intergrupala.

Rabbie e Horwitz (1969), partindo destes estudos e também da noção de grupo como um conjunto de indivíduos interdependentes proposta por Lewin (1948), realizaram uma experiência para analisar o papel da *interdependência de destino* na formação de grupos psicológicos, recorrendo a grupos recentemente formados. Pretendiam determinar quais as condições mínimas para a formação de um grupo, através da identificação das condições mínimas para que um indivíduo avalie diferentemente um membro do seu grupo (ingroup<sup>5</sup>) e um membro de outro grupo a que ele não pertence (outgroup), bem como o seu próprio grupo como um todo e o outro grupo como um todo. Quando tal se verificasse poder-se-ia interpretar esse facto como comportamento intergrupala e, conseqüentemente, deduzir a formação de grupos psicológicos. Este estudo experimental, com algumas alterações no seu desenho, constituiu um ponto de partida para muitos outros e, como tal, justifica uma apresentação relativamente detalhada.

Os sujeitos eram do sexo masculino, tinham 15 anos de idade e não se conheciam anteriormente. Chegavam ao laboratório em grupos de 8 e eram divididos ao acaso num grupo de «azuis» e num grupo de «verdes», alegadamente por conveniência do experimentador e sem que fosse feita qualquer referência a interações futuras, quer com os membros do seu grupo, quer com os membros do outro grupo.

Os indivíduos eram distribuídos por quatro condições:

– Em três delas os indivíduos de um dos grupos recebiam uma recompensa (rádios) pela ajuda que prestavam, enquanto que os indivíduos do outro grupo nada recebiam (destino comum para os membros de cada um dos grupos, ou seja, interdependência de destino). O que variava nestas condições era o modo como era decidido a qual dos grupos era atribuída a recompensa: pelo atirar de uma moeda ao ar; pelo experimentador de uma maneira arbitrária; ou por um dos grupos, levando os sujeitos a crer que o outro grupo tinha decidido perder em favor deles;

<sup>5</sup> As noções de «ingroup» e «outgroup» foram introduzidas por Sumner numa obra etnográfica de 1906. Este autor empregava o termo etnocentrismo para se referir às avaliações positivas do ingroup relativamente ao outgroup.

– Numa condição de controle, não era referida qualquer recompensa pretendendo-se criar uma condição de interdependência mínima entre os membros de cada grupo.

A tarefa dos sujeitos consistia na avaliação dos outros indivíduos em escalas sociométricas. Se as avaliações fossem influenciadas pela pertença grupal isso indicaria a formação de grupo. Os resultados mostraram que no conjunto das três condições de destino comum, os indivíduos avaliaram mais favoravelmente os membros do seu grupo do que os membros do outro grupo. Na condição controle não houve diferenças entre as avaliações dos membros do ingroup e do outgroup. O mesmo resultado foi obtido na avaliação dos grupos como um todo. Os autores concluíram então que a mera classificação não era suficiente para provocar a formação de um grupo e influenciar os julgamentos dos indivíduos. Para tal seria necessária a imposição de uma forma de interdependência de destino.

Esta conclusão, de que a categorização por si só não é suficiente para provocar discriminação intergrupal, e conseqüentemente a formação de grupos, foi criticada por Tajfel e colaboradores (1971) porque as respostas dos sujeitos eram dadas como julgamentos de atributos de indivíduos, simplesmente com base no local onde estavam sentados, que correspondia à divisão «azul» e «verde», mas sem que os indivíduos fossem denominados assim, ou seja, sem que a categorização que se relacionava com a disposição dos indivíduos fosse tornada relevante. Por outro lado, as conclusões do estudo destes autores, que será apresentado mais à frente, levaram-nos a reforçar esta crítica.

Posteriormente, Rabbie (1972, em Horwitz e Rabbie, 1982) verificou que aumentando o número de sujeitos na condição de controle apareceram algumas diferenças significativas em determinados itens da escala de avaliação favorecendo o ingroup, especialmente nos traços relacionais. No entanto, essas diferenças eram menos nítidas do que as observadas nas condições de interdependência de destino. Verificou ainda que a maior discriminação na condição de destino comum não se devia à existência de uma eventual recompensa, mas ao facto dessa recompensa ser atribuída ou não aos indivíduos enquanto membros de um grupo (Rabbie, 1972 e Rabbie, 1979; em Horwitz e Rabbie, 1982).

Recapitulando, para os teóricos da interdependência, a interdependência positiva entre os membros de um grupo, ou entre grupos, leva à interação social cooperativa, à comunicação e à influência mútua entre os indivíduos e, portanto, o grupo tem uma base afectiva determinada pela interdependência entre os seus membros que não podem separadamente satisfazer as suas necessidades. Estas teorizações sobre a interdependência explícita dos indivíduos de um grupo (Sherif, Asch e Lewin) têm sido englobadas (Turner, 1982; Hogg, 1992) sob a designação de «modelo da coesão social», juntamente com outras perspectivas que situam a emergência da atracção interpessoal na semelhança interindividual



(e.g., Festinger, 1950, 1954; e Heider, 1958), proximidade, território partilhado, antecipação da interacção intragrupo (e. g. Rabbie e Wilkens, 1971).

Os estudos sobre a categorização social e a discriminação intergrupala levaram à crítica deste modelo da interdependência e a uma nova concepção de grupo psicológico.

A procura das condições mínimas para a formação de um grupo que deram origem à perspectiva da identificação social

Com os estudos de Sherif ficou estabelecido que a competição intergrupala objectiva era uma condição *suficiente* para a criação do etnocentrismo. Tajfel e colaboradores (1971) quiseram verificar se essa seria uma condição *necessária*.

A partir dos seus estudos sobre percepção social e categorização, Tajfel e colaboradores deram início ao que pretendia ser uma linha de investigação sobre os efeitos da *categorização* na formação de grupos, planeando manipular o significado avaliativo ou emocional associado à categorização e estudar o seu impacto na acentuação das diferenças entre grupos (discriminação intergrupala) (Brown, 1986). Os autores começaram por construir uma situação experimental em que a categorização não tinha significado social (era socialmente vazia) e em que esperavam que não houvesse efeitos de grupo. Planeavam posteriormente aumentar a importância atribuída à categorização, até que a discriminação intergrupala ocorresse.

No entanto, contrariamente ao que era esperado, nessa situação experimental de categorização mínima, denominada de paradigma dos grupos mínimos (PGM), verificou-se uma clara discriminação intergrupala a favor do grupo de pertença. Consequentemente, não se procedeu à sequência de investigação inicialmente prevista, tendo esta sido substituída pela investigação sobre a discriminação intergrupala em condições de categorização mínima.

Passamos então à apresentação dos estudos com o PGM.

#### *O paradigma dos grupos mínimos*

Baseando-se na condição de controlo do estudo de Rabbie e Horwitz (1969) já mencionado, Tajfel e colaboradores (1971) construíram uma situação experimental sem significado social para isolar o *efeito da categorização* na discriminação intergrupala. Essa situação denomina-se de Paradigma dos Grupos Mínimos (PGM) e nela são respeitados os seguintes critérios (Tajfel *et al.*, 1971, p.153-154):

- não há qualquer interacção face-a-face entre os sujeitos;
- os indivíduos não podem saber quem são os membros de cada grupo;
- não há relação entre o critério para a categorização intergrupala e a natureza das respostas pedidas aos sujeitos relativamente ao ingroup e ao outgroup;
- as respostas não devem representar qualquer valor utilitário para o sujeito que as faz;

– o benefício do ingroup em termos absolutos deve opor-se a uma estratégia de benefício relativo (ganha menos do que poderia, mas mais do que os outros), opondo assim uma estratégia de resposta de diferenciação intergrupar a uma estratégia mais racional e utilitária;

– a resposta deve consistir em decisões reais acerca da distribuição de recompensas (ou punições) reais a outros, mais do que a avaliação de outros, de modo a tornar as respostas o mais importantes possível para os sujeitos.

Com base neste paradigma, os autores realizaram dois estudos (Tajfel *et al.*, 1971) com os seguintes aspectos em comum:

– Na primeira parte da experiência os sujeitos realizavam uma tarefa e eram levados a acreditar que iam ser divididos em dois grupos com base num critério relacionado com o desempenho nessa tarefa (na realidade os sujeitos eram divididos aleatoriamente).

– A segunda parte da experiência era apresentada como uma investigação sobre processos de tomada de decisão. Era indicado individualmente a cada indivíduo o grupo a que pertencia e a seguir pedia-se-lhes que escolhessem, de entre várias alternativas apresentadas em cada matriz, quanto dinheiro queriam atribuir a dois indivíduos designados por um número de código de modo a preservar o anonimato. Era dito que no final receberiam o dinheiro que os outros indivíduos que participavam no estudo lhes atribuissem. Eram-lhes pedidas escolhas entre dois membros do ingroup (I/I), entre um membro do ingroup e um membro do outgroup (I/O), e entre dois membros do outgroup (O/O). Era dito aos sujeitos que o membro do próprio grupo nunca seriam eles próprios.

No *primeiro estudo*, Tajfel e colaboradores (1971) pretenderam investigar se a categorização intergrupar baseada num critério com significado avaliativo aumentava a discriminação intergrupar em comparação com uma condição em que a categorização se baseava num critério neutro. Na primeira parte a tarefa consistia na estimação do número de pontos apresentado num écran. Na *condição neutra* dizia-se aos indivíduos que seriam divididos em sobrestimadores e subestimadores, sem que isso estivesse relacionado com a correcção das estimativas. Na *condição valor*, dizia-se aos indivíduos que seriam divididos em melhores estimadores e piores estimadores. Na segunda parte da experiência seguiu-se o procedimento acima referido. Ao contrário do que era esperado com base nos estudos sobre a categorização com estímulos físicos, não houve diferença nas duas condições (neutra e valor) tendo ocorrido em ambas discriminação intergrupar (escolhas I/O).

No *segundo estudo*, na primeira parte, os sujeitos manifestavam as suas preferências estéticas através da escolha de 12 reproduções de quadros (6 de Klee e 6 de Kandinski) apresentados em diapositivos e apresentados aos pares, supostamente

um sendo de Klee e o outro de Kandinski. A segunda parte da experiência foi idêntica à segunda parte do primeiro estudo.

O que tornou os resultados inesperados foi que nos dois estudos, com base numa categorização sem valor social, os indivíduos discriminavam a favor do seu grupo, mesmo quando isso significava uma *perda em termos absolutos*. Ou seja, nas escolhas I/O, quando os indivíduos podiam escolher entre o membro do seu grupo ganhar relativamente ao membro do outro grupo, ou o máximo proveito para os membros de ambos os grupos combinado com o máximo de vantagem para os membros do seu próprio grupo, preferiam que o membro do seu grupo *ganhasse relativamente* ao membro do outro grupo. Nas escolhas I/I e O/O, relativamente às escolhas I/O, verificou-se maior frequência das escolhas que tendem a ser mais próximas do máximo proveito para os membros de ambos os grupos. Verificava-se ainda que os sujeitos recorriam em parte a uma *estratégia de paridade* (designação de Bourhis, Sachdev e Gagnon (1994) para o termo «fairness» usado por Tajfel e colaboradores (1971)), pois davam ao ingroup apenas um pouco mais do que ao outgroup. Resumindo, os indivíduos beneficiaram o seu grupo, mesmo que de uma maneira relativa, sem que contudo extremassem muito as diferenças em relação ao outro grupo.

Embora no PGM a categorização social e a semelhança estivessem confundidas (Billig e Tajfel, 1973; Turner, 1982; Rabbie *et al.*, 1989), e se saiba que a categorização induz a percepção de semelhança (Tajfel e Wilkes, 1963; Tajfel, Sheikh e Gardner, 1964; Allen e Wilder, 1979), verificou-se que a categorização social quer baseada num critério trivial, quer na semelhança de crenças, ainda que irrelevante, é suficiente para a discriminação (Billig e Tajfel, 1973). Estes resultados mais tarde foram corroborados por Allen e Wilder (1979) e Brewer e Silver (1978).

A discriminação, enquanto efeito da simples categorização, tem sido largamente replicada em situações experimentais que consistem na distribuição de recompensas positivas (citado em Locksley *et al.*, 1980; Allen e Wilder, 1975; Brewer e Silver, 1978; Doise *et al.*, 1972; Turner, 1975, Wilder, 1978) e parece ser robusta em relação ao tipo de medida de avaliação usada (Brewer, 1979): avaliações de traços (Doise *et al.*, 1972; Doise e Sinclair, 1973); textos supostamente escritos por membros do ingroup e do outgroup (Gerard e Hoyt, 1974); descrições favoráveis ou não favoráveis de comportamentos dos membros do ingroup e do outgroup (Howarth e Rohbart, 1980). Contudo, e embora não seja objecto deste trabalho, quando está em causa a distribuição de consequências negativas pelos dois grupos, a estratégia dominante parece ser a paridade (Mummendey *et al.*, 1992).

A explicação inicial de Tajfel e colaboradores (1971) considerava que os membros de cada grupo responderiam a uma *norma genérica de favoritismo* pelo



próprio grupo, segundo a qual os membros de cada grupo devem favorecer o seu grupo em relação ao grupo dos outros. Por outro lado, esta estratégia teria de ser compatibilizada com uma outra, a *norma de paridade* («fairness») entre os dois grupos. Os autores interpretavam o comportamento dos sujeitos como uma tentativa de obter uma *solução de compromisso* entre estas normas, sempre que possível, e consideraram que provavelmente as expectativas dos sujeitos seriam no sentido de que os outros partilhassem a mesma norma. Consideraram que a norma genérica de discriminação intergrupar se estenderia mesmo a situações laboratoriais como a do PGM e que o etnocentrismo de laboratório, correspondente ao do mundo real, é o favoritismo pelo ingroup – ou seja, a tendência para favorecer o ingroup relativamente ao outgroup em avaliações e comportamentos (Tajfel e Turner, 1979). Esta explicação teve um curto período de vida e Tajfel abandonou-a em 1972 porque tendia para a circularidade e não era heurística (Turner, 1980), acabando por elaborar uma teoria, a *teoria da identidade social* (Tajfel e Turner, 1979) que tentava dar um significado a estes resultados.

No entanto, a dificuldade em compreender os resultados obtidos com o PGM, considerados pelos próprios autores como um comportamento «não racional, não instrumental e não utilitário» (Tajfel *et al.*, 1971, p.174), levou a que outros autores procurassem identificar características da própria situação experimental que fossem responsáveis por esse efeito de discriminação numa situação de categorização desprovida de significado social.

#### *A exploração de fontes de artefactos no paradigma dos grupos mínimos*

Na procura das características do PGM que pudessem ter produzido o resultado de discriminação em situação de categorização social mínima foram consideradas três causas possíveis:

- a falta de familiaridade dos sujeitos com a tarefa;
- o comportamento dos sujeitos ser determinado pelo que percebiam serem as normas sociais apropriadas;
- as respostas reflectirem as características do que era pedido.

Tajfel e Billig (1974), suspeitando que as respostas dos sujeitos podiam ser devidas à falta de familiaridade destes com o dispositivo experimental, realizaram um novo estudo em que controlaram a familiaridade dos sujeitos com a tarefa. Os resultados mostraram, ao contrário do que era esperado, que a familiarização dos sujeitos com a situação aumentou a discriminação intergrupar.

Outra fonte possível de artefacto seria os sujeitos comportarem-se consoante o que percebiam ser as normas sociais apropriadas, ou seja, de acordo

com a norma da discriminação intergruppal (Billig, 1973). Então se os sujeitos tivessem, antes da tarefa, contacto com outros sujeitos que tinham recorrido a essa norma, estes últimos transmitiriam a norma da discriminação intergruppal aos primeiros. Esperava-se assim que os sujeitos que tiveram contacto com outros que discriminaram, discriminassem mais do que os sujeitos que tinham recebido as instruções padrão do experimentador. Ao contrário do que era esperado, os sujeitos discriminaram menos do que os que tinham recebido as instruções padrão.

Ao tentarem testar se as respostas reflectiam as características do que era pedido, St Claire e Turner (1982) verificaram que sujeitos observadores expostos aos mesmos índices experimentais que os sujeitos categorizados não eram capazes de prever as respostas destes últimos e esperavam maior paridade na distribuição de pontos entre os dois grupos do que aquela que teve lugar. Por outro lado, um grupo de sujeitos a quem era dito que o experimentador esperava que fossem preconceituosos não discriminou mais do que o grupo de controlo submetido à situação clássica do MGP<sup>6</sup>.

A refutação de todas estas hipóteses levou Turner (1981) a concluir que existem processos sociopsicológicos intrínsecos ou estimulados pelas divisões ingroup-outgroup que tendem a criar relações sociais discriminatórias.

Também as matrizes de resposta utilizadas no PGM têm sido alvo de controvérsias (Bornstein *et al.*, 1983a, 1983b; Turner, 1983a, 1983b). No entanto, elas não impedem que os sujeitos escolham entre estratégias diferentes de diferenciação intergruppal, e a discriminação intergruppal tem sido obtida com outros instrumentos que não as matrizes, como por exemplo mostraram Locksley e colaboradores (1980).

O PGM também tem sido alvo de muitas críticas de carácter epistemológico. Muitos autores, como Aschenbrenner e Schaefer (1980) têm criticado o facto dos resultados obtidos no PGM não permitirem a generalização a condições da vida real e, como tal, serem pouco interessantes. No entanto, Diehl (1990) discorda afirmando que o único objectivo do PGM era estudar as condições mínimas necessárias e suficientes para a discriminação intergruppal e, como refere Turner (1981), esses resultados levaram não a uma generalização para todas as condições, mas ao desenvolvimento de uma teoria que tem levado à produção de investigação empírica. Essa teoria é a teoria da identidade social (Tajfel e Turner, 1979/1986), que mais tarde levou ao desenvolvimento da teoria da auto-categorização (Turner *et al.*, 1987).

<sup>6</sup> No entanto, mais recentemente, Berkowitz (1994) mostrou que os resultados dos sujeitos no PGM são mais semelhantes aos obtidos numa condição em que é pedido aos sujeitos que confirmem o que pensam ser as hipóteses do estudo, do que numa condição em que lhes é pedido que desconfirmem as hipóteses do estudo.

### 3. *A perspectiva da identificação social.*

#### *A teoria da identidade social*

A teoria da identidade social (SIT) nasceu, então, da aplicação ao estudo das relações intergrupais das conclusões dos trabalhos de Tajfel sobre os efeitos da categorização na acentuação da percepção de diferenças. Por ter sido desenvolvida na Universidade de Bristol, esta teoria é também muitas vezes denominada de *modelo de Bristol* e, por implicar os processos de *categorização, identidade e comparação social*, é também denominada de *modelo CIC*. Vamos referir-nos sucessivamente a estes três processos.

Segundo Tajfel (1982a), as *categorizações sociais* são divisões descontínuas do mundo social em classes ou categorias distintas, em que os objectos ou acontecimentos sociais equivalentes passam a estar reunidos em grupos. Assim se torna mais fácil aos indivíduos definirem a posição que ocupam em relação aos vários grupos sociais que compõem a sociedade. As categorizações sociais surgem então como «um sistema de orientação para auto-referência: elas criam e definem o lugar do indivíduo na sociedade» (Tajfel e Turner, 1979, p.40).

A identificação social é concebida como o processo de auto-localização ou localização de outra pessoa num sistema de categorias sociais. A *identidade social* é o conjunto das identificações sociais relevantes usadas para a auto-definição, ou «o conhecimento do indivíduo de que pertence a certos grupos sociais juntamente com algum significado emocional e de valor que atribui a essa pertença.» (Tajfel, 1972, p.292).

Ou seja, é o auto-conceito como membro de grupos, é a dimensão do auto-conceito decorrente da pertença a grupos sociais.

Na SIT, o conjunto de auto-imagens que constituem o auto-conceito pode localizar-se ao longo de um *continuum*, com características de categoria social no extremo social e características de individuação no extremo pessoal.

O auto-conceito compreende então a identidade pessoal e a identidade social. A *identidade pessoal* refere-se a atributos específicos dos indivíduos; a identidade social denota a pertença do indivíduo a vários grupos sociais formais e informais. No pólo puramente interpessoal toda a interação ocorrida é determinada pelas relações pessoais entre os indivíduos e pelas suas características pessoais respectivas. Como afirma Tajfel (1982a), este pólo é meramente teórico, pois é muito difícil imaginar um encontro social entre duas pessoas que não seja minimamente afectado pelas categorias sociais a que pertencem. No extremo intergrupar, todo o comportamento dos indivíduos é determinado pela sua pertença a categorias sociais diferentes (Tajfel, 1982a). Este pólo da *identidade*



*social* já não é meramente teórico, sendo possível encontrar exemplos muito claros em situações reais.

De acordo com os efeitos da categorização social, quanto mais próxima uma situação estiver do pólo intergrupais mais uniforme será o comportamento dos indivíduos de cada grupo em relação aos membros do outro grupo; quanto mais próxima uma situação estiver do pólo interpessoal, mais variável será o comportamento dos indivíduos de cada grupo em relação aos membros do outro grupo (Tajfel, 1982a).

A transição do funcionamento cognitivo da identidade pessoal para a identidade social corresponderia à mudança do comportamento interpessoal para o comportamento intergrupais.

Nesta perspectiva, Tajfel (1982a) afirma que se pode considerar os *grupos mínimos* no PGM como *grupos máximos*, uma vez que o comportamento em relação aos membros dos outros grupos é apenas determinado pela pertença grupal, implicando uma *despersonalização* dos indivíduos.

Com este continuum consegue-se uma articulação dos processos psicológicos e dos processos sociais, de modo a evitar uma psicologia social reducionista que negligencie o aspecto pessoal ou social da identidade do indivíduo (Tajfel, 1982a).

A SIT considera que o processo de categorização estimula um processo de *comparação social*. Este processo de comparação social, é um conceito desenvolvido na *teoria da comparação social* de Festinger (1954), que sustenta que recorremos a comparações sociais quando não podemos confirmar se o nosso conhecimento é ou não correcto. Nessas situações, comparamo-nos com outros que são semelhantes ou ligeiramente melhores do que nós em dimensões relevantes e, é através dessas comparações sociais interindividuais, que fazemos uma auto-avaliação das nossas aptidões, opiniões e experiências.

De acordo com a teoria da identidade social, as comparações deixam de ser *interindividuais* para passarem a ser *intergrupais*. Considera-se que, só com base no consenso dos vários membros de um grupo, podemos ter confiança nos julgamentos que fazemos. Então, como os diferentes grupos adoptam posições diferentes face às mesmas questões, geralmente as comparações são realizadas entre ingroups e outgroups.

Também de acordo com a SIT, estas comparações sociais intergrupais têm ainda como função manter a identidade social positiva para o próprio indivíduo enquanto membro do grupo, através da *distinção positiva do ingroup*. As comparações serão feitas nas dimensões que reflectem a superioridade do ingroup verificando-se uma *acentuação* das diferenças entre o ingroup e o outgroup<sup>7</sup>.

Com base no continuum interpessoal-intergrupais, a SIT tenta ainda explicar os *conflitos intergrupais* nas sociedades estratificadas. De acordo com esta teoria,

a procura de uma *distinção positiva para o ingroup* por parte dos membros dos grupos dominados pode ser feita por dois processos: a mobilidade social e a mudança social.

A *mobilidade social* refere-se «ao movimento de indivíduos, famílias e grupos de uma posição social para outra» (Goldhamer, 1968, p.429 em Tajfel 1982a). Tajfel e Turner (1979) adoptam esta definição, excluindo o movimento dos grupos. Assim, para estes autores a mobilidade social refere-se apenas ao movimento de indivíduos e famílias. Refere-se ao pólo *interpessoal*.

O movimento dos grupos de uma posição social para outra foi designado por *mudança social*. A mudança social refere-se aos esforços de um grande número de pessoas que se definem e são também frequentemente definidas por outras como um grupo, para resolver colectivamente um problema sentido como comum e percebido como tendo origem nas suas relações com outros grupos (Tajfel, 1982a). Neste caso estamos em presença de relações *intergrupais*.

Em que condições ocorrerá mobilidade social ou mudança social? Segundo a SIT (Tajfel e Turner, 1979), a resposta depende em parte da *permeabilidade das fronteiras* entre o grupo subordinado e o grupo dominante, e também da *percepção da legitimidade* e da *estabilidade do estatuto* relativo dos grupos. Se as fronteiras entre os grupos são pouco rígidas, os membros do grupo subordinado podem individualmente tender a dissociar-se do seu próprio grupo e passarem a ser membros do grupo dominante. Estamos neste caso em presença de mobilidade social e, como tal, no pólo interpessoal. Este processo enfraquece a solidariedade dentro de um grupo dominado e não altera a posição relativa dos grupos.

<sup>7</sup> Embora não seja uma questão central para a nossa discussão, é interessante notar que na teoria da identidade social a auto-estima é considerada simultaneamente como variável dependente e como variável independente, ou seja, respectivamente, como efeito e causa da discriminação (Abrams e Hogg, 1988), sem que se distinga a sua importância relativa. Como variável dependente na medida em que resulta da discriminação intergrupala «os grupos ou categorias sociais e a pertença a estes estão associadas a conotações de valor positivas ou negativas. Logo, a identidade social pode ser positiva ou negativa de acordo com as avaliações dos grupos que contribuem para a identidade social do indivíduo» (Tajfel e Turner, 1979, p.40). Como variável independente na medida em que uma auto-estima baixa ou ameaçada promove a discriminação intergrupala: «os indivíduos lutam para manter ou aumentar a sua auto-estima: lutam por um auto-conceito positivo» (Tajfel e Turner, 1979, p.40). Hogg e Abrams (1990) sugerem que embora a auto-estima desempenhe um papel importante no comportamento dos grupos, ela pode não ser o único motivo ou o motivo fundamental para a discriminação intergrupala. Outras motivações possíveis incluem a necessidade de um auto-conceito coerente, em que o indivíduo necessita de reconhecer a categoria social a que pertence e de agir como membro dessa categoria. Se a auto-estima fosse o único motivo para a discriminação intergrupala, então os grupos dominados deveriam discriminar mais do que os grupos dominantes, para aumentarem a sua auto-estima. Ora, como mostraram Lima e colaboradores (1993), os grupos dominantes discriminam mais do que os dominados.



Se as fronteiras são rígidas e não é possível passar de um grupo para o outro, a *mudança social* pode ocorrer através de dois processos:

- a *criatividade social*, que consiste numa tentativa para mudar as dimensões da comparação social de uma forma que seja favorável ao grupo subordinado a que se pertence;
- a *competição intergrupala*, que tem como objectivo alterar as relações de dominação. Esta tem lugar se se acredita que a posição de subordinação do grupo não é legítima nem estável, e que é possível essa mudança.

A mudança social leva ao aumento da solidariedade dentro do grupo dominado e pretende alterar a posição relativa entre os grupos. O grupo dominante pode reagir a estas tentativas por parte do grupo dominado, quer fazendo todos os possíveis para manter e justificar a superioridade do seu estatuto, quer tentando encontrar e criar novas diferenciações em seu próprio favor, quer ainda recorrendo a ambas as estratégias.

Uma importante derivação da teoria é que a competição entre grupos não está restrita a conflitos por recursos materiais, alarga-se à competição por recursos simbólicos. A teoria interpreta a discriminação intergrupala no PGM como um caso deste tipo, ou seja, como um caso de *competição social* motivada pela necessidade de uma auto-avaliação positiva (Turner, 1975), ou seja, como uma maneira de conseguir identidade social positiva através da comparação social. Esta interpretação da competição social no PGM, em que o objectivo é apenas alterar a posição relativa de um dos grupos, independentemente dos ganhos e perdas que isso implique (mesmo que a ganhar em termos relativos obrigue a perder em termos absolutos), é contestada por Rabbie e colaboradores (1989) como será referido adiante.

Então, como observam Hogg e Abrams (1988), admitindo que o comportamento de distribuição de pontos no PGM não tem qualquer valor utilitário para o sujeito que as faz, nesta situação, a competição social (Turner, 1975) seria a única forma possível para obtenção de uma distinção positiva para o ingroup.

A SIT constituiu o ponto de partida para que um dos seus fundadores, Turner, desenvolvesse uma outra teoria que apresentamos de seguida.

#### *A teoria da auto-categorização*

A teoria da auto-categorização (Turner *et al.*, 1987) -SCT- constitui um desenvolvimento da teoria da identidade social (Tajfel e Turner, 1979). Devido ao facto da SCT se ter desenvolvido a partir dos trabalhos iniciais da teoria da identidade social e de o conceito de identidade social ter nela um papel chave,

também é denominada de «teoria da identidade social do grupo», diferenciando-se da «teoria da identidade social» (do comportamento intergrupar). No prefácio da obra em que Turner e colaboradores apresentam a SCT (Turner *et al.*, 1987), Turner lamenta que as duas teorias tenham nomes tão semelhantes, pois, apesar de estarem relacionadas, são muito diferentes nos problemas que abordam e nas hipóteses que propõem.

A SIT pretende explicar a *discriminação intergrupar* na ausência de conflitos de interesses. A SCT questiona o processo que leva um conjunto de indivíduos a *definir-se e sentir-se como um grupo social* e como a partilha da pertença grupal influencia o seu comportamento (Turner, 1985), ou seja, aborda o modo como os indivíduos são capazes de agir como *grupo*.

O mecanismo básico da SCT é o processo cognitivo de categorização. Como concluíram os estudos sobre a categorização de estímulos físicos e sociais já referidos, este processo por um lado acentua a semelhança entre estímulos pertencendo à mesma categoria e, por outro, as diferenças entre estímulos pertencendo a diferentes categorias, nas dimensões que se pensa estarem relacionadas com a categorização. A função da categorização consiste em dotar o mundo de significado e identificar aspectos que são relevantes para a acção num determinado contexto.

A SCT considera que o «eu» está representado cognitivamente sob a forma de *auto-categorizações*. O conjunto das auto-categorizações relativas a um indivíduo constituem o seu *auto-conceito*. Estas auto-categorizações não correspondem todas ao mesmo *nível de identidade*. Elas organizam-se hierarquicamente, segundo diferentes níveis de abstracção, semelhantes aos descritos na teoria da categorização de Rosch (1978). Quanto maior o nível de abstracção maior o grau de inclusão de uma auto-categoria: cada categoria é completamente incluída dentro da categoria de grau de abstracção mais elevado, mas não esgota essa categoria mais inclusiva.

Turner (Turner *et al.*, 1987) distingue pelo menos *três níveis* de abstracção da auto-categorização, podendo cada um deles incluir outros subníveis: a *identidade humana*, que corresponde ao nível superordenado do «eu» como ser humano; a *identidade social* corresponde ao nível intermédio das categorizações ingroup-outgroup baseadas nas semelhanças e diferenças sociais entre seres humanos, a qual nos define como membro de certos grupos sociais e não de outros; a *identidade pessoal*, que corresponde ao nível subordinado de auto-categorizações baseadas nas diferenciações entre o próprio, como indivíduo único, e outros membros do ingroup, e que nos define como uma pessoa individual específica.

Os estímulos só podem ser comparados se já tiverem sido categorizados como idênticos numa categoria de grau de abstracção mais elevado. Consequentemente,



as auto-categorizações que se tornam salientes são de um nível menos abstracto do que a auto-categoria em termos da qual estão a ser comparadas.

Assim, na SCT a *categorização* e a *particularização* não estão em oposição como defende Billig (1985). Segundo Turner (1988), a categorização já constitui uma particularização em relação a outro conjunto mais vasto (de ordem mais elevada).

O que varia em cada um destes graus de auto-categorização é a percepção que o indivíduo tem de si próprio em relação aos restantes membros do seu grupo: quando o indivíduo se categoriza como pessoa única percebe o mínimo de semelhança com os outros membros do ingroup; quando se categoriza como membro do ingroup percebe o máximo de semelhança entre si e os outros membros do ingroup, e o máximo de diferença em relação aos membros do outgroup. De acordo com este sistema de auto-categorias com diferentes níveis de abstracção, o comportamento de grupo expressa uma *mudança no nível de abstracção da auto-categorização*, na direcção que representa uma *despersonalização da auto-percepção*, sem que isso represente uma perda da identidade individual.

Esta teoria recorre a dois conceitos da investigação sobre os processos de categorização: o conceito de meta-contraste (Campbell, 1958) e o conceito de protótipo (Rosch, 1978).

A noção de *meta-contraste* relaciona-se com a probabilidade de categorização de um conjunto de estímulos; o *conceito de prototipicalidade* relaciona-se com a percepção de representatividade de um membro em relação a uma categoria.

O *conceito de meta-contraste* refere-se ao facto de a categorização ocorrer ou não, dependendo da semelhança relativa entre os estímulos. Turner e colaboradores (1987) definem a razão do meta-contraste como o quociente entre a diferença intercategoriaal média (diferença média percebida entre os membros da categoria e os outros estímulos) e a diferença intracategoriaal média (diferença média percebida entre os membros dentro da categoria). Este quociente traduz o grau em que qualquer conjunto de estímulos tenderá a ser conceptualizado como grupo. Quanto maior esse quociente maior essa probabilidade.

Por outro lado, o *grau de prototipicalidade* de um membro de uma categoria é o grau em que ele é percebido como um bom representante da categoria como um todo. Define-se pelo quociente entre o meta-contraste da diferença média percebida entre o estímulo alvo e os membros do outgroup sobre a diferença média percebida entre o estímulo alvo e os membros do ingroup. Quanto maior esse quociente, maior a prototipicalidade do membro do ingroup (Turner *et al.*, 1987).

Neste quadro teórico, o facto de uma categorização social se tornar saliente leva a que os indivíduos do ingroup se percepcionem mutuamente como mais



prototípicos. Este aumento da prototipicalidade ocorre nas dimensões estereotípicas que definem a categoria «ingroup».

Como o grau em que a categoria «ingroup» é positivamente avaliada aumenta a atracção mútua entre os membros, o grau de atractividade de pessoas específicas, incluindo o do próprio indivíduo, depende da sua prototipicalidade relativamente à dos outros membros do ingroup. A *auto-estima* do indivíduo, quando este se percebe como membro do ingroup, é equiparada ao *etnocentrismo*. Essa auto-estima será maior quando o indivíduo perceber o seu grupo como mais prototípico da categoria superordenada que fornece a base para a comparação intergrupual.

De acordo com a SCT, a auto-categorização resulta de um processo cognitivo de organização da informação num conjunto de categorias do «self» e dos outros bastante significativo e parcimonioso. No entanto, revelando a herança da SIT, a SCT não exclui as pressões motivacionais para a *avaliação positiva das categorias* em que o indivíduo se inclui. Assim, Turner (Turner *et al.*, 1987) afirma «As auto-categorias tendem a ser avaliadas positivamente e existem pressões motivacionais para manter esse estado.» (p.57).

Sendo assim, de acordo com esta teoria existem *pressões motivacionais* para uma avaliação positiva das auto-categorias, e as auto-avaliações negativas provocam um estado motivacional que leva à actividade psicológica para restabelecer a auto-estima.

Apresentámos, assim, o modelo de identificação social, constituído pela SIT e pela SCT, esta última desenvolvida a partir da primeira. Estas teorias têm como ponto de partida os resultados obtidos com o paradigma dos grupos mínimos e, por sua vez, deram origem a muita investigação. Da SIT para a SCT o interesse desloca-se dos *processos intergrupais* para os *processos grupais*. A SCT também foi aplicada a domínios como o da influência social, incluindo a polarização de grupo, e o comportamento das multidões.

#### 4. *A controvérsia entre a perspectiva da interdependência e a perspectiva da identificação social.*

A interpretação dos resultados do PGM como resultado de um processo de categorização sem significado social, levou ao desenvolvimento de uma nova concepção de grupo, que na SCT passa a ter uma base mais cognitiva. No entanto, estas interpretações depararam com a resistência dos defensores da concepção de grupo baseada na interdependência. Centrar-nos-emos nas contribuições de Rabbie e colaboradores, que propõem uma *interpretação alternativa* para os resultados obtidos no PGM. Estes autores iniciaram um debate bilateral com Tajfel no início dos anos 70 e que durou até à morte deste último (Tajfel *et al.*,

1971; Horwitz e Rabbie, 1982; Tajfel, 1982b). Infelizmente, com Turner, o debate não tem assumido o mesmo carácter bilateral.

No seu conjunto a SIT e a SCT contrariam a distinção entre categoria social e grupo social, partilhada pelos teóricos da interdependência, e com origem nos trabalhos de Lewin.

Antes da apresentação dessa interpretação alternativa de Rabbie para a discriminação no PGM, justifica-se uma referência à distinção proposta entre *categorias sociais* e *grupos sociais*.

*Categorias sociais e grupos sociais: dois modelos de grupo*

Como se referiu anteriormente, para os autores da interdependência, como Lewin, Asch e Sherif, a interdependência dos indivíduos que constituem um grupo modifica a natureza dos mesmos enquanto partes inseridas num todo. Estes autores consideravam que era a interdependência entre as partes que levaria à consciência da pertença a um grupo, e conseqüentemente à formação de um grupo.

No contexto da formação de grupos experimentalmente induzida pela imposição de interdependência entre vários indivíduos, Sherif (1966) definiu *comportamento intergrupar* como: «qualquer comportamento exibido por um ou mais actores em relação a um ou mais actores que se baseia na identificação do próprio actor e dos outros como pertencendo a categorias sociais diferentes» (p. 62).

Nesta definição, o uso da palavra «categoria» assumia um significado equivalente ao de «grupo».

Os estudos com o PGM e a constatação de que a imposição de categorias sociais numa base explicitamente aleatória, como o atirar de um moeda ao ar, produzia atitudes mais positivas em relação aos membros do ingroup do que em relação aos membros do outgroup (Billig e Tajfel, 1973), levou a que na SIT se acentuasse a importância da categorização social enquanto característica comum. No entanto, na SIT, a simples categorização deve ser acompanhada do *sentimento de pertença* para a formação do grupo social.

Tajfel e Turner (1979, p.40) definem grupo social como uma

«coleccção de pessoas que se percebem como membros de uma categoria social, partilham algum envolvimento emocional nesta definição comum deles próprios e atingem algum grau de consenso social na avaliação do seu grupo e da sua pertença a ele.»

Assim, estes autores, além da *componente cognitiva* do grupo, consideram ainda:

– uma componente *avaliativa*

«no sentido de que a noção de grupo e/ou de pertença a ele pode ter uma conotação de valor positivo ou negativo» (Tajfel, 1982a, p.261);

– uma componente *emocional*

«os aspectos cognitivos e avaliativo do grupo e da pertença a ele podem ser acompanhados de emoções» (Tajfel, 1982a, p.261);

– a importância do *consenso social* (interno e externo)

«Um grupo torna-se grupo no sentido em que existe a percepção de que tem características comuns, ou um destino comum, sobretudo porque existem outros grupos no meio.» (Tajfel, 1982a, p.294)

ou

«o critério essencial para a pertença ao grupo, aplicado a categorias sociais em grande escala, é que os indivíduos em causa se definam e sejam definidos pelos outros como membros de um grupo.» (Tajfel e Turner, 1979).

Na SIT distingue-se entre *categorias sociais*, enquanto realidades sociais, e *grupos humanos*, enquanto realidades psicológicas. A transformação das categorias sociais em grupos humanos ocorreria através do reconhecimento de uma identidade comum.

A propósito desta distinção, Tajfel (1982b) reconhece que

«É inteiramente verdade que a diferenciação categorial por si só... não cria grupos.» (p.501).

A confusão derivaria de um uso pouco criterioso dos dois termos como intermutáveis, admitida pelo próprio autor, que afirma que muitas vezes emprega o termo categoria social para se referir a um grupo social, como é o caso das situações em que não quer usar o termo grupo social para evitar a conotação deste termo com os pequenos grupos face-a-face.

Pelo contrário, Turner (1982), na sua definição de grupo psicológico, reforça a *componente cognitiva* da pertença ao grupo

«um grupo psicológico tem uma base perceptiva ou cognitiva.» (1982, p. 16).



e atribui menos importância ao papel do consenso externo acerca dessa pertença, passando a empregar indistintamente os termos «grupo social» e «categoria social».

De acordo com esta perspectiva,

«um grupo social pode ser definido como dois ou mais indivíduos que partilham uma identificação social comum, ou o que é praticamente o mesmo, que se percebem como membros da mesma categoria social.» (Turner, 1982, p.15).

E, noutra obra, o mesmo autor especifica o *processo de formação* psicológica do grupo:

«A formação psicológica do grupo tem lugar quando duas ou mais pessoas se percebem e se definem a si próprias em termos de uma categorização ingroup-outgroup partilhada.» (Turner *et al.*, 1987, p. 51).

Um grupo psicológico será então aquele que é psicologicamente significativo para os seus membros, como um grupo de referência (positivo), subjectivamente importante para determinar as acções do indivíduo, e não meramente um grupo de pertença em que objectivamente se está inserido (Turner *et al.*, 1987). Este autor rejeita que a base da formação do grupo seja a interdependência dos indivíduos para a satisfação de necessidades pessoais, por isso realça

«a importância da identidade perceptiva das pessoas, no sentido em que formam uma unidade cognitiva ou categoria perceptiva e a *rejeição da interdependência interpessoal* para a satisfação de necessidades *como base para a formação do grupo* (e para a atracção).» (Turner *et al.*, 1987, p.52, sublinhado nosso).

O que admite é que factores como a interdependência de destino, ou outros, como a proximidade, uma ameaça comum ou a semelhança, possam servir de *critérios de categorização*. No entanto, de acordo com esta concepção de grupo, embora a identificação com uma categoria possa encorajar a interdependência entre os membros, ela precede sempre essa interdependência (Turner, 1982, 1984, 1987):

«categorias sociais de grande escala como nacionalidade, sexo, raça ou religião. Estes grupos não parecem à primeira vista ser baseados na interdependência psicológica e social entre os indivíduos, mas parecem precedê-la e encorajá-la.» (Turner, 1982, p. 22).

Opondo-se a esta perspectiva de que a interdependência não é condição necessária para a formação do grupo, Rabbie e Horwitz (1988), adeptos do modelo da interdependência, na linha de Lewin (1948), consideram que é necessário distinguir entre *grupos sociais* e *categorias sociais*. Consideram que o critério fundamental para a passagem de categoria para grupo é a *interdependência*: nos grupos sociais, ao contrário do que acontece nas categorias existe percepção de interdependência entre os seus membros para a obtenção de resultados simbólicos ou materiais. Também Bornewasser e Bober (1987) efectuam esta distinção, baseada no mesmo critério.

Horwitz e Rabbie (1982) propõem que uma categoria passa a ser um grupo quando é percebida como uma entidade que se move em relação a um objectivo (Festinger, 1950). Assim, a existência de um grupo implica percepção de interdependência (de destino ou de tarefa) entre os seus membros, que se afastam ou aproximam (activamente ou passivamente) de vantagens ou desvantagens para o grupo.

Para os autores da perspectiva da interdependência, a categorização social explícita é apenas um dos factores que podem contribuir para a percepção de um grupo social. Outros factores podem ser a proximidade, antecipação de futura interacção (Rabbie e Wilkens, 1971), competição intergrupala, partilha do mesmo território, entre outros (Rabbie, Schot e Visser, 1989, p. 179).

No entanto, Rabbie (1993) admite que pode existir um grau mínimo de interdependência positiva percebida entre os membros de categorias sociais já que, como sugeriam Cartwright e Zander (1968), a designação de indivíduos a categorias sociais por entidades externas pode induzir um sentimento de pertença ou uma interdependência de destino, provocado pela expectativa de que, o que lhes acontecer, será determinado pela sua pertença à categoria. Sendo assim, os autores da perspectiva da interdependência admitem que no PGM poderia haver algum grau de percepção de interdependência de destino.

Observam ainda que a percepção de relações de interdependência não exige interacção face-a-face entre os membros, pelo que esta perspectiva de grupo tanto se aplica a grupos sociais alargados como a grupos com interacção face-a-face. Assim, o argumento de Tajfel (1982b) de que só o termo «categoria» se aplicaria a grandes conjuntos de indivíduos sem interacção face-a-face não é válido. Para estes autores, também o termo «grupo social» é aplicável a conjuntos sociais alargados.

Para a distinção entre *categorias sociais* e *grupos sociais*, Rabbie (1993) propõe um *continuum indivíduo-grupo*: num pólo encontramos indivíduos auto-centrados que pertencem a categorias sociais e se percebem como muito pouco interdependentes dos outros para atingir os resultados que pretendem; no outro pólo encontramos indivíduos centrados no grupo, que pertencem a grupos sociais

e se percebem como muitíssimo interdependentes uns dos outros, para atingir os resultados que pretendem para si próprios e para o grupo como um todo.

A necessidade de distinguir sem ambiguidade se o comportamento dos sujeitos no PGM era de tipo *interpessoal* ou *intergruppal*, levou Rabbie e Schot (1988) a realizarem um estudo com 3 condições: condição controle – eram dadas aos sujeitos as instruções clássicas do PGM; condição individual – era dito aos sujeitos para maximizarem os seus interesses económicos; condição grupo – era dito aos sujeitos para maximizarem os interesses do seu grupo.

Os resultados mostraram que não houve diferenças nas condições individual e de controle, e que na condição grupo houve maior discriminação do que nas outras duas. Estes resultados sugerem, então, que no PGM os interesses envolvidos são mais de tipo interindividual do que de tipo intergruppal, ou seja, que o comportamento dos indivíduos está mais perto do pólo interpessoal do que do pólo intergruppal. Esta conclusão contribuiu para a reinterpretação de Rabbie do comportamento dos sujeitos no PGM, enquanto um comportamento de tipo *instrumental*. É esta reinterpretação que passamos a apresentar.

O modelo de interacção comportamental e a reinterpretação do comportamento dos sujeitos no paradigma dos grupos mínimos

#### *O modelo de interacção comportamental*

O modelo de interacção comportamental («Behavioral Interaction Model» – BIM<sup>8</sup>) parte da posição interaccionista de Lewin (1936), que considera o comportamento do indivíduo como função das estruturas e forças do seu espaço de vida. De acordo com o BIM (Rabbie e Schot, 1988; Rabbie *et al*, 1989; Rabbie, 1993), o comportamento dos indivíduos resulta da influência do meio externo e das orientações psicológicas do indivíduo.

Relativamente ao *meio exterior*, este modelo distingue *três componentes*: a *tarefa* (meio físico); o *comportamento das outras pessoas* dentro e fora do meio social; e a *estrutura de interdependência entre as partes* (que pode ser positiva ou negativa).

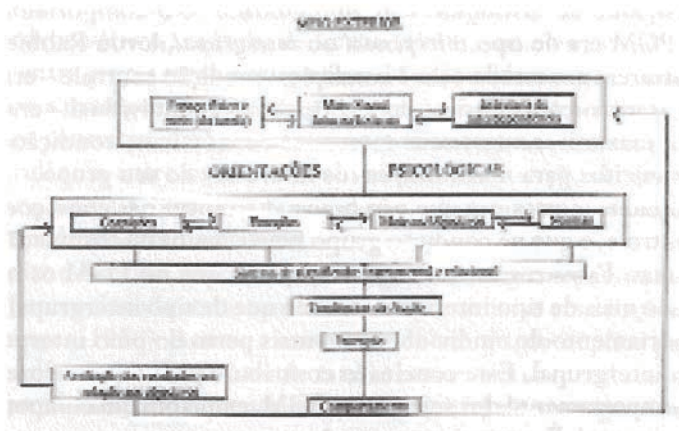
As *orientações psicológicas* são de carácter *motivacional, cognitivo, emocional e normativo* e têm como principal função produzir um significado acerca da situação exterior de modo a reduzir a incerteza do meio. Guiados por estas orientações, o indivíduo ou grupo tenderão a escolher as acções percebidas como tendo maior probabilidade de lhes permitir atingirem os objectivos mais valorizados, e evitar os resultados não desejados.

Este modelo prevê um mecanismo de regulação por um *mecanismo de retroacção*. Assim, quando se verifica uma discrepância entre os resultados dos comportamentos e os objectivos que se pretendia atingir, as orientações psicológicas alteram-se e inicia-se um novo ciclo.

<sup>8</sup> Neste trabalho referir-nos-emos a este modelo utilizando a sua designação abreviada em língua inglesa.



Figura 1. O modelo de Interação Comportamental (adaptado de Rabbie e Schot, 1988; Rabbie, 1993).



Um dos sistemas de significado que podem guiar o comportamento dos indivíduos são as *orientações* de *cooperação* e *competição*, que podem ser *instrumentais* ou *relacionais*:

- a *competição instrumental* ocorre quando a estrutura de interdependência entre as partes torna mais provável a obtenção de resultados materiais a partir da competição com outros;
- a *cooperação instrumental* ocorre quando a estrutura de interdependência entre as partes torna mais provável a obtenção de resultados materiais a partir da cooperação com outros, sendo o outro considerado apenas como um meio para atingir os resultados materiais para o próprio indivíduo;
- a *cooperação relacional (social)* tem como objectivo final o estabelecimento de uma relação mutuamente satisfatória entre as partes;
- a *competição relacional (social)* tem como objectivo a diferenciação, do próprio ou do grupo a que pertence, de outros semelhantes, para atingir valores simbólicos, como por exemplo, uma identidade social positiva, prestígio ou estatuto.

A orientação que prevalece predominantemente, raramente será puramente instrumental ou puramente relacional, e dependerá da relação entre todas as partes do sistema em cada situação.

*O modelo de interação comportamental e o comportamento dos sujeitos no paradigma dos grupos mínimos*

Tajfel e colaboradores (1971) interpretam a discriminação no PGM como resultado de um fenómeno de categorização que não traz qualquer vantagem

material para o indivíduo que discrimina. Segundo Tajfel e Turner (1979) no PGM

«não existe nem um conflito de interesses nem uma hostilidade prévia entre os ‘grupos’. (...) não existe qualquer ligação racional entre o auto-interesse económico e a estratégia de favoritismo pelo ingroup» (pp.38-39).

Segundo estes autores a discriminação é explicada em termos de *competição social* (Turner, 1975), de modo a obter-se uma *identidade social positiva*.

Rabbie e colaboradores (Rabbie *et al.*, 1989) questionam a suposição de que não existe interdependência de interesses no PGM. Para estes autores a interpretação deste fenómeno é diferente, pois apesar dos indivíduos não poderem nunca atribuir pontos directamente a eles próprios, podem fazê-lo *indirectamente*. De facto, podem coordenar tacitamente as suas respostas supondo que todos darão mais ao seu grupo do que ao outro grupo (Rabbie *et al.*, 1989). De acordo com esta interpretação, estes autores rejeitam a ideia de que a distribuição de pontos no PGM não tenha qualquer valor utilitário para o sujeito.

Afirmam que, ao contrário do que pretendiam Tajfel e colaboradores (1971), a *variável independente* manipulada não é apenas uma: *a diferenciação entre categorias*, pois ao dar-se a instrução

«Você receberá a quantia em dinheiro que os outros lhe atribuírem.» (Tajfel *et al.*, 1971, p.155),

os membros de cada categoria passam a depender tanto dos indivíduos da sua categoria como dos da outra para maximizarem os seus proveitos monetários. Isso significa que se introduziu uma *segunda variável independente: a interdependência entre os grupos* (ou, de acordo com os resultados de Rabbie e Schot (1988) já referidos, dos indivíduos em relação a cada um dos grupos). Assim, de acordo com esta reinterpretação de Rabbie e colaboradores (1989), as instruções do PGM levam os sujeitos a perceberem uma «dependência de resultados» (Kelley e Thibaut, 1978) do seu próprio grupo ou categoria social e do outro grupo ou categoria social.

A possibilidade de maximizar os lucros do próprio consiste então em dar mais dinheiro aos membros do ingroup do que aos do outgroup, na *expectativa* de que os membros do ingroup tornarão recíproca esta acção cooperativa. Assim, estes autores reinterpretam o favoritismo pelo ingroup como uma forma de *cooperação instrumental* intragrupo, que pretende maximizar mais os resultados económicos dos sujeitos do que os resultados relacionais<sup>9</sup>. Alguns estudos relativos

<sup>9</sup> Contudo, não explicam como numa orientação instrumental, se pode optar por beneficiar o próprio grupo em termos relativos, mesmo que isso implique uma perda em termos absolutos.



ao efeito das expectativas e ao efeito do poder no MGP, parecem apoiar esta reinterpretação de Rabbie da discriminação intergrupar como cooperação instrumental com duas categorias sociais das quais o indivíduo depende.

Deste modo, segundo Rabbie e colaboradores (1989), no PGM estamos em presença de uma cooperação instrumental com duas categorias sociais, das quais cada indivíduo depende para a obtenção de proveitos materiais. Sendo assim, ao contrário do que afirmavam Tajfel e colaboradores (1971), que classificavam este comportamento de «não racional, não instrumental e não utilitário» (p.174), no PGM as duas estratégias principais de distribuição de pontos articulam-se para maximizar os interesses económicos dos sujeitos. Essas estratégias são: a estratégia de *paridade*, já que os indivíduos dependem das duas categorias; e a estratégia de *favoritismo pelo ingroup*, que se relaciona com a expectativa de maior recompensa por parte dos indivíduos do ingroup do que do outgroup. Os próprios Tajfel e colaboradores (1971), consideravam a hipótese do efeito da norma de favoritismo pelo próprio grupo (já referida) induzir expectativas acerca do comportamento dos outros e do comportamento do próprio de acordo com essa norma. No entanto, não efectuaram estudos nesse sentido.

Alguns estudos relativos ao efeito das expectativas e ao efeito do poder no PGM parecem apoiar esta reinterpretação de Rabbie, da *discriminação intergrupar* como cooperação instrumental, com duas categorias sociais das quais o indivíduo depende.

Assim, diversos estudos, de que vamos apresentar alguns, têm mostrado que o comportamento de distribuição de pontos no PGM é afectado, quer pelas *expectativas* do comportamento de distribuição dos outros intervenientes, quer pela *informação* acerca do comportamento de distribuição dos mesmos. A hipótese de que os sujeitos no PGM antecipam o favoritismo por parte dos membros do ingroup e a discriminação por parte dos membros do outgroup, tornaria possível explicar a discriminação como uma tentativa para conseguir a igualdade através da reciprocidade (Diehl, 1990), ou seja, cada indivíduo daria mais ao seu grupo porque pensaria receber mais do ingroup e, simultaneamente, para compensar o ingroup da discriminação de que este seria alvo por parte do outgroup. No entanto, os dados sobre as expectativas de antecipação da discriminação pelo outgroup são controversos, como podemos constatar pelos resultados de Vivian e Berkowitz (1992) e Diehl (1989), seguidamente apresentados.

Vivian e Berkowitz (1992) pediam aos sujeitos, divididos em dois grupos, que avaliassem o desempenho de cada um dos grupos e que referissem as suas expectativas de avaliação de desempenho do seu grupo pelo outro grupo. Os resultados mostraram que os membros do outgroup eram percebidos como menos imparciais do que os membros do ingroup. Ou seja, os sujeitos consideravam que a avaliação que o seu próprio grupo faria do outro grupo seria menos discriminatória, em comparação com a avaliação que o outro grupo faria em relação ao grupo a que esses sujeitos pertenciam.



Em contradição com estes resultados, os resultados de Diehl (1989) mostram que a maioria dos sujeitos não antecipava discriminação pelo outgroup, nem tinha intenções de discriminar, evidenciando expectativas semelhantes para o comportamento do seu grupo e do outro grupo.

Locksley, Ortiz e Hepburn (1980) mostraram que, tanto a informação acerca do valor da recompensa do ingroup como do outgroup, afectam independentemente o comportamento discriminatório dos sujeitos: a informação de que o ingroup é recompensante mantém o favoritismo pelo ingroup, enquanto que a informação de que o ingroup não recompensa extingue o favoritismo pelo ingroup. A informação de que o outgroup é recompensante extingue o favoritismo pelo ingroup, enquanto que a informação de que o outgroup não é recompensante mantém o favoritismo pelo ingroup.

Diehl (1989) obteve resultados que apoiam os resultados de Locksley (1980) sobre os efeitos da informação acerca do comportamento de distribuição de pontos do ingroup e do outgroup no comportamento de distribuição de pontos dos sujeitos. Numa variação da situação do PGM, Diehl (1989) mostrou que essa informação influencia o comportamento dos sujeitos, quer seja dada antes ou depois da distribuição de pontos. Assim, antes da distribuição de pontos, os sujeitos não discriminavam quando lhes era dito que os outros não iam discriminar; depois da distribuição de pontos, os sujeitos não discriminavam quando lhes era dito que não tinham sido discriminados pelo outro grupo. Ou seja, os sujeitos adoptavam uma *estratégia de paridade* quando lhes era dito que os outros tinham adoptado essa estratégia ou iam adoptar essa estratégia.

Este resultado levou Diehl (1990) a comentar que no PGM, devido ao anonimato e à ausência de interacção interindividual, os sujeitos não têm de se preocupar em não serem justos. Então, as condições do PGM que tinham como intenção eliminar as razões para a discriminação intergrupar teriam como efeito produzir essa discriminação.

Estes dados são consistentes com a suposição de que a categorização social evoca expectativas de recompensas do ingroup e expectativas de não recompensa do outgroup e que essas expectativas, independentemente e aditivamente, contribuem para o comportamento discriminatório.

Opondo-se a estes resultados, numa outra experiência, Diehl (1989) mostrou que sujeitos que não antecipavam discriminação pelo outgroup e sem intenções de discriminar, discriminavam mesmo quando a manipulação experimental do comportamento de distribuição antecipado confirmava que o outgroup não ia discriminar.

Relativamente, à questão da relação de poder<sup>10</sup> entre os grupos no PGM, Ng (1982) conceptualiza-a como uma *relação de poder* tácita, bilateral e igual

<sup>10</sup> Nota: introduzimos o problema do poder sem abordar a questão da dominação entre grupos, porque essa questão não é objecto deste trabalho.

entre os grupos, que não só torna a discriminação possível, mas também a torna necessária para a preservação ou conquista de uma identidade social positiva.

Numa situação diferente da do PGM, Ng (1982) mostrou que a existência de contrapoder do grupo dominado em relação ao grupo dominante, influencia o comportamento discriminatório por parte do grupo com maior poder. Assim, quando o grupo subordinado não tem possibilidade de se desvincular do grupo com mais poder verifica-se discriminação; quando o grupo subordinado tem possibilidade de se desvincular do grupo com mais poder não ocorre discriminação, podendo mesmo verificar-se uma tendência ligeira para o favoritismo pelo outgroup. Então a discriminação do outgroup parece não ser uma consequência necessária da categorização social, mas sim da relação de poder entre os dois grupos.

Estes resultados apoiam a interpretação da discriminação intergrupala de Rabbie, que considera que a interdependência em relação às duas categorias no PGM tem como consequência o estabelecimento de uma relação de poder entre elas e o desenvolvimento de expectativas diferentes em relação às recompensas que seriam atribuídas por cada uma das categorias. Uma *alteração da categoria de que se depende* levaria simultaneamente a uma *alteração dessa relação de poder* bem como a uma *alteração das expectativas de recompensa*.

Assim, de acordo com o BIM (Rabbie e Schot, 1988), o *meio exterior do PGM* é caracterizado em termos de três componentes:

- o meio físico da tarefa, em parte representado pelas diferentes matrizes de distribuição de pontos;
- o meio social, muito reduzido devido ao anonimato;
- a estrutura de interdependência, de dependência do próprio grupo e do outro grupo.

Como no PGM os sujeitos não têm qualquer informação acerca dos efeitos do seu comportamento de distribuição de pontos sobre a distribuição de pontos dos outros sujeitos, as orientações psicológicas do indivíduo seriam os determinantes do seu comportamento de distribuição de pontos (Rabbie e Schot, 1988). Essas orientações psicológicas seriam as seguintes (Rabbie, 1993):

- desenvolvimento de expectativas e atribuições acerca do comportamento dos membros do ingroup e do outgroup (dimensão cognitiva);
- baixo envolvimento emocional entre os indivíduos devido ao anonimato (dimensão emocional);
- orientações motivacionais para receber recompensas monetárias (dimensão motivacional);



- orientações normativas no sentido da reciprocidade, paridade e favoritismo pelo grupo de pertença (dimensão normativa).

Consequentemente, no PGM o comportamento dos sujeitos seria guiado por estratégias de *cooperação instrumental com o ingroup* e *competição instrumental com o outgroup*, esta última *temperada com alguma cooperação instrumental*, dado que os indivíduos também dependem do outgroup para receberem pontos (Rabbie e Schot, 1988; Rabbie e Schot, 1989).

Para testar esta hipótese de que a *discriminação intergrupar* no PGM se deve à *relação de interdependência dos indivíduos das duas categorias*, Rabbie e colaboradores (Rabbie, Schot e Visser, 1987 em Rabbie e Schot, 1988; Rabbie *et al.* 1989) manipularam a percepção dos indivíduos em relação à fonte (categoria) de quem dependem para obter os resultados, mantendo constante a categorização social. Construíram três condições experimentais para uma situação semelhante à do PGM:

- condição de *interdependência do ingroup*, em que é dito aos sujeitos que vão atribuir e receber recompensas do seu grupo através da instrução «Receberá a quantia que os membros do ingroup lhe atribuírem»;
- condição de *interdependência do outgroup*, em que é dito aos sujeitos que vão atribuir e receber recompensas do outro grupo através da instrução «Receberá a quantia que os membros do outgroup lhe atribuírem»;
- condição de *interdependência do ingroup e do outgroup* em que é dito aos sujeitos que vão atribuir e receber recompensas dos dois grupos através da instrução «Receberá a quantia que os outros lhe atribuírem» (situação clássica do PGM).

As variáveis dependentes foram os pontos distribuídos através de matrizes, e um questionário pós-experimental em que os sujeitos eram questionados entre outros assuntos, sobre o grau de dependência percebida em relação aos dois grupos, as intenções de atribuir pontos a cada um dos grupos e as expectativas de receber pontos de cada um dos grupos.

Os resultados mostraram:

- que os indivíduos se percebiam como mais dependentes das categorias de que efectivamente dependiam;
- que havia uma correspondência entre a percepção de interdependência e a expectativa de recompensa;
- uma relação entre a percepção de interdependência e a distribuição de pontos.



Assim, na *condição de interdependência do ingroup* verificou-se maior percepção de interdependência do seu grupo e maior expectativa de ser recompensado pelo próprio grupo; na *condição de interdependência do outgroup* houve maior percepção de interdependência do outro grupo e maior expectativa de ser recompensado pelo outro grupo, mas esperavam mais do ingroup do que esperavam do outgroup na condição de interdependência do ingroup; na *condição de interdependência dos dois grupos*: igual percepção de interdependência dos dois grupos, mas maior expectativa de ser recompensado pelo próprio grupo do que pelo outro grupo.

O facto de na condição de interdependência do outgroup, os sujeitos esperarem mais do ingroup do que esperavam do outgroup na condição de interdependência do outgroup, parece apoiar a ideia de que tendemos a esperar mais da categoria a que pertencemos do que de outras categorias, mesmo quando não dependemos da categoria a que pertencemos. Parece então que a auto-categorização tem algum efeito no desenvolvimento de expectativas de recompensa do ingroup. O próprio Rabbie e seus colaboradores (1989) o reconhecem e integram este dado enquanto orientação normativa de favoritismo pelo grupo de pertença.

Relativamente ao comportamento de distribuição de pontos: na condição de *interdependência do ingroup* verificou-se *discriminação a favor do ingroup*, mesmo nas estratégias que implicam ganho relativo e perda em termos absolutos para o ingroup; na condição de *interdependência do outgroup* verificou-se *favoritismo pelo outgroup*, mesmo nas estratégias que implicam ganho relativo para o outgroup e perda em termos absolutos; na *condição de interdependência dos dois grupos* verificou-se um maior recurso à *estratégia de paridade* («fairness»), que os autores interpretam como *instrumental*, dado que tem como objectivo a obtenção de resultados materiais para o próprio.

Com este estudo, Rabbie e colaboradores mostraram que a *discriminação* na situação clássica do PGM pode ser interpretada como *cooperação instrumental* com a(s) categoria(s) com quem se tem uma relação de interdependência para a obtenção de *recompensas monetárias*. Mantendo constante a categorização social, o comportamento de discriminação altera-se consoante a fonte de interdependência: o indivíduo coopera mais com a categoria de quem percepção depender mais para a obtenção dessas recompensas ou de quem espera receber mais recompensas; e coopera menos (misto de cooperação e competição instrumental) com a categoria de quem percepção depender menos para a obtenção dessas recompensas ou de quem espera receber menos recompensas. Rabbie e Schot (1988) sugerem que quando estão em causa recompensas materiais as designações ingroup-outgroup não são incorporadas no auto-conceito do indivíduo como sugeriria a SCT (Turner *et al.*, 1987), mas seriam apenas usadas como

instrumentos para maximizar os resultados materiais do indivíduo. Contudo, estes autores não explicam como numa cooperação instrumental com o grupo de quem se depende se opta por beneficiar esse grupo em termos relativos, mesmo que isso implique perder em termos absolutos.

No entanto, este padrão de resultados não foi obtido em estudos em que em vez de recompensas materiais estavam em causa *recompensas simbólicas*, como pontos sem significado material (Rabbie, Schot, Mojet e Visser, 1988, em Rabbie e Schot, 1988; Rabbie e Schot, 1989). Nas três condições de interdependência houve *favoritismo pelo ingroup* embora na condição de dependência do outgroup esse favoritismo tenha sido menor do que nas condições de interdependência do próprio grupo e dos dois grupos. Rabbie e Schot (1989) interpretam este comportamento como um fenómeno de *competição social com o outgroup*, ou procura de um *identidade social positiva*.

Estes autores, consideram que os pontos, tendo pouco valor intrínseco, para os sujeitos podem ser usados para conseguir uma superioridade para si próprio ou para o seu grupo. Além do efeito de interacção entre o tipo de recompensa e a fonte de interdependência, Rabbie e Schot (1989), encontraram também um *efeito principal da recompensa*, resultando de uma maior discriminação do outgroup quando as recompensas eram pontos do que quando as recompensas eram dinheiro. Estes resultados estão de acordo com aqueles que foram encontrados por Turner (1975, 1978) que no PGM (interdependência de ambos os grupos) encontrou maior discriminação quando as recompensas eram pontos do que quando as recompensas eram dinheiro.

Com base nos resultados destes estudos com pontos monetários e pontos simbólicos, Rabbie (1993) conclui que a perspectiva da SIT e da interdependência não são incompatíveis e podem ser explicadas conjuntamente pelo BIM: nas condições de *distribuição de dinheiro* os resultados apoiam a segunda, que prevê uma competição instrumental com o grupo de quem não se depende e cooperação instrumental com o grupo de quem se depende; nas condições de *distribuição de pontos simbólicos*, é a primeira que recebe apoio, porque prevê uma cooperação relacional com o grupo a que se pertence e competição relacional com o grupo a que não se pertence. Segundo a conclusão de Rabbie, as duas perspectivas são necessárias para a compreensão do comportamento intra e intergrupar.

Rabbie e Schot (1988) consideram que o BIM pode explicar estes dois tipos de comportamentos dos sujeitos como consequência da *natureza da recompensa*:

«De acordo com o BIM, é diferente para o comportamento de distribuição no PGM os resultados serem materiais, tangíveis e divisíveis ou as pessoas estarem a procurar resultados simbólicos, intangíveis e indivisíveis, como prestígio ou ‘uma identidade social positiva’, que pode ser obtida



comparando os pontos que se angariou para o ingroup relativamente a um outgroup relevante.» (p.15).

Assim, de acordo com o BIM a natureza da recompensa tem consequências ao nível do comportamento dos indivíduos: quando estão em causa *recompensas materiais*, os indivíduos são essencialmente guiados por *orientações instrumentais*; quando estão em causa *recompensas simbólicas* os indivíduos são essencialmente guiados por *orientações relacionais*. Importa, contudo, salientar que, se os autores deste modelo referem quais os efeitos sobre o comportamento dos indivíduos que devem ser esperados consoante a estrutura de interdependência e o tipo de recompensa, não explicitam claramente como ocorrem esses efeitos. Assim, não clarificam se esses efeitos se devem a alterações nas expectativas de receber recompensas, nas orientações motivacionais ou nas orientações normativas relativamente ao comportamento em relação ao grupo de pertença, ou em mais do que uma destas dimensões das orientações psicológicas.

#### Comentários finais

Para concluir, o conjunto dos estudos apresentados permitem-nos concluir que a reinterpretção por Rabbie e colaboradores do comportamento dos sujeitos no PGM quando estão em causa recompensas materiais, como um comportamento instrumental motivado por uma estrutura de interdependência de ambos os grupos, parece receber apoio empírico.

Assim, ao contrário da tendência iniciada com a SIT e radicalizada com a SCT, que pretendia excluir, ou relegar para segundo plano, o papel da interdependência nos estudos das relações entre grupos e na formação do grupo psicológico, os estudos de Rabbie e colaboradores vieram novamente conferir um papel importante à interdependência.

A perspectiva da identidade social tem sido objecto de muita investigação, tendo originado um corpo teórico com um grau de desenvolvimento muito maior do que aquele que foi originado pela perspectiva da interdependência. O próprio Rabbie (1993) apresenta o BIM como um modelo preliminar. Só com mais investigação se poderá retomar a perspectiva da interdependência. Abre-se assim uma nova linha de investigação sobre o papel da categorização e da interdependência na definição de grupo e nas relações intergrupais, que poderá ser estendido a outros domínios como, por exemplo, o da influência social.



Abstract. – This article presents the controversy between interdependence and social identification perspectives. This debate concerns the role assigned to interdependence and categorization on group formation and intergroup behaviour. We explain how the social identification perspective has pretended to exclude interdependence from group formation and intergroup discrimination and how the data obtained by the interdependence authors throw doubts on those conclusions.